UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS

FACULDADE DE CIÊNCIAS SOCIAIS

CURSO DE CIÊNCIAS SOCIAIS – BACHARELADO

O CAMINHO DA SERVIDÃO SE APRENDE CEDO:

Um estudo sobre o trabalho e os programas Jovem Aprendiz e ProJovem

Aluno: GUILHERME BORGES MENDANHA

GOIÂNIA

2019

UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS

FACULDADE DE CIÊNCIAS SOCIAIS

CURSO DE CIÊNCIAS SOCIAIS – BACHARELADO

O CAMINHO DA SERVIDÃO SE APRENDE CEDO:

Um estudo sobre o trabalho e os programas Jovem Aprendiz e ProJovem

Aluno: GUILHERME BORGES MENDANHA

Monografia apresentada como pré-requisito para a aprovação na disciplina Trabalho Final de Curso 2, da Faculdade de Ciências Sociais.

Orientadora: Lucinéia Scremin Martins

GOIÂNIA

2019

À mulher que chamo de mãe.

Aos trabalhadores e trabalhadoras que diariamente sonham,

mas que realizam os sonhos de alguns.

O moleque não era nem nascido e já tinha gente pensando na sua profissão. O trabalho é por tantas vezes a maior tristeza da vida de uma pessoa e é só nisso que certos pais pensam, no filho crescendo e sendo alguém, sendo que esse ser alguém envolve tudo menos Ser.

(Aline Bei, O Peso do Pássaro Morto)

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO **5**
CAPÍTULO I - A JUVENTUDE E O MUNDO DO TRABALHO **7**
CAPÍTULO II: SER JOVEM NO BRASIL **16**
2.1 A industrialização brasileira e inserção dos jovens 22
CAPÍTULO III – EDUCAÇÃO É A CHAVE DO NEGÓCIO: "ADULTECER" PARA TRABALHAR E TRABALHAR PARA "ADULTECER" **27**
3.1 A funcionalidade dos programas do Estado: ProJovem e Jovem Aprendiz 34
CONSIDERAÇÕES FINAIS **39**
BIBLIOGRAFIA **41**

INTRODUÇÃO

O processo de constituição do Estado moderno rompeu com uma série de elementos da organização da vida social e inaugurou, destaco aqui, uma nova e central organização da vida: o modo capitalista de produção. Ademais, a regulamentação e as propositivas do espaço público por uma centralidade de poder: o Estado.

Dito isso, as categorias de "fases de vida" se desenham nesses dois polos e na aliança entre Estado e capital. Compreender a formatação simbólica e material das divisões da trajetória de vida de um sujeito moderno, deve ser pensado à luz desses dois elementos anteriormente citados, compreendendo as categorias etárias a partir de uma rede de vivências, repleta de emaranhados e atravessamentos, que o sujeito está inserido.

Pensar a juventude brasileira é um exercício de perspectivas: se imagina sobre ela, se está nela ou já se passou por ela. Ser jovem no Brasil é uma espécie de transição. E quando se compara os olhares do futuro, do presente e do passado, há algo em comum: a juventude é o período certo para se preparar para o trabalho e o trabalho é o passaporte de saída da juventude.

A dialética entre trabalho e juventude será tratada a partir de autores que dialogam com a teoria da centralidade do trabalho no mundo pós-industrial, realizada por Marx. As consequências do processo de constituição do trabalhador moderno são claras quando identificado o peso que os jovens carregam para a inserção profissional. Sendo assim, a pergunta que conduz essa pesquisa é: por que o trabalho guia as trajetórias de vida dos jovens brasileiros? Afinal, se o ato de servir se aprende cedo, quais são as origens dessa aprendizagem?

Além do objetivo geral, os objetivos específicos também foram formulados em formato de pergunta e resumidos a quatro: qual a influência da teoria da centralidade do trabalho, desenvolvida por Marx?; Como a diversidade de origens de classe dos jovens brasileiros influencia na relação com o trabalho?; Que papel a educação desempenha no processo de inserção profissional?; Trabalhar é se tornar adulto?

A pesquisa propõe-se a responder a essa pergunta com uma revisão bibliográfica não só sobre a centralidade do trabalho, mas também com autoras e autores que se debruçaram para compreender as relações identitárias que os jovens estabelecem com o trabalho. As publicações (artigos, teses, livros e pesquisas de instituições federais) realizadas no final da década de 90 e até o ano de 2015, serviu de recorte temporal para o levantamento bibliográfico.

Alguns pontos são transversais na busca por respostas: a diversidade da origem de classe dos jovens brasileiros, o papel que a educação desempenha nesse processo e se o trabalho é condição para se tornar adulto. É através dessas problemáticas que será possível compreender qual a importância que não só os jovens brasileiros atribuem aos seus projetos de vida, mas também das expectativas da sociedade (família, poder público e sociedade civil) para com os jovens.

Para iniciar o debate, as teorias sobre o trabalho e as relações com a vida dos jovens, serão tratadas no primeiro capítulo. No segundo capítulo, as especificidades dos jovens brasileiros e no último, a funcionalidade da educação e a transição para a vida adulta.

CAPÍTULO I – A JUVENTUDE E O MUNDO DO TRABALHO

> Todos os homens se dividem, em todos os tempos e também hoje, em escravos e livres; pois aquele que não tem dois terços do dia para si é escravo, não importa o que seja: estadista, comerciante, funcionário ou erudito. (Nietzsche, 2000)

O trabalho assumiu, na modernidade, uma experiência que conecta o indivíduo a um determinado *status* e redefine a identidade dos jovens - tema dessa monografia - pois os coloca em um outro lugar. O modelo cultural do trabalho garante não só uma política para a produção, renda e circulação de capital, mas também abre portas para a circulação social e de consumo daqueles que estão empregados. As experiências comunitárias que o emprego chancela é o que acena para essa transição, muitas das vezes, à vida adulta e ao rompimento com a infância/adolescência "improdutiva". Afinal, "crescer" é um projeto social e familiar de investimento para que o sujeito possa *vir a ser*. Guy Bajoit e Abraham Franssen (1997) nomearam esse projeto de "socialmente útil" e assim destacaram em seu artigo:

> Contra as apreciações lapidares ("*os jovens perderam o sentido do valor do trabalho*") é preciso sublinhar que o trabalho continua sendo uma fonte importante de normatividade e uma experiência central de socialização. Trabalhar – quer dizer, exercer uma atividade produtiva com caráter social assegurando uma independência financeira – permanece, para todos os jovens que entrevistamos, uma expectativa básica, por vezes essencial, sempre importante. Entretanto, por trás da aparente homogeneidade das expectativas – um trabalho que se gosta num ambiente positivo, que assegure ganho e reconhecimento social – as experiências vividas e as significações atribuídas ao trabalho são múltiplas. (BAJOIT; FRANSSEN, 1997, p. 79).

Compreender por que a trajetória de vida dos jovens é, em grande parte, definida pelo mundo do trabalho e por que, a partir dele, vão sendo ressignificados outros projetos em suas vidas – seja pela questão salarial, seja pela identificação e socialização entre eles – é fundamental na discussão do presente trabalho. No entanto, é necessário entender significado do trabalho para captar a sua função medular da vida social e a forma se manifesta nas disputas de classe.

A categoria trabalho é central no processo de desenvolvimento do ser social e da sociedade humana. A transformação da natureza pelo ser social funda não só o significado de trabalho, mas, para Hegel, funda também a possibilidade do homem entender a sua própria

existência. Afinal, a razão para Hegel é o conhecimento entre o mundo exterior e a consciência dos homens. Os homens se identificam na mesma medida que identificam as potencialidades da natureza, fazendo emergir a sociabilidade. Para o autor, "Há uma tal mediação do particular pelo universal, um tal movimento dialético, que cada um, ao ganhar e produzir para a sua fruição ganha e produz também para a fruição dos outros." (HEGEL, 1992, p. 178). O trabalho passa a ser então, mediador das relações sociais.

A fruição que Hegel sugere é o que gera identificação entre os trabalhadores. Antes de se tratar das especificidades apontadas por Marx, deve-se concordar com a autora Suzana Albornoz (2006) ao afirmar que a reflexão sobre o trabalho talvez seja mais significativa àqueles que já o experimentaram. Há uma certa sinergia entre os trabalhadores do mundo. Estão conectados pela mesma ideia e talvez pela mesma raiva. Flutuam em um "mar espinhoso", mas sonham com um mergulho em "águas lisas".

> Na linguagem cotidiana a palavra trabalho tem muitos significados. Embora pareça compreensível, como uma das formas elementares de ação dos homens, o seu conteúdo oscila. Às vezes, carregada de emoção, lembra dor, tortura, suor do rosto, fadiga. Noutras, mais que aflição e fardo, designa a operação humana de transformação da matéria natural em um objeto de cultura. É o homem em ação para sobreviver e realizar-se, criando instrumentos, e com esses, todo um novo universo cujas vinculações com a natureza, embora inegáveis, se tornam opacas. (ALBORNOZ, 2006, p. 8).

Sendo assim, é necessário olhar para a juventude a partir das mudanças que a sociedade moderna trouxe com o advento da propriedade privada e com as relações de dependência entre explorador e explorado. Afinal, o advento do capital e do lucro só fortaleceram as medidas de manutenção da luta de classes. Para além da discussão econômica sobre esse processo, Marx contribuiu significativamente para entendermos como o trabalho, sob a lógica do capital, produz o processo de alienação dos trabalhadores, ao mesmo tempo em que se constitui na atividade humana central[1] da vida social. Central para entender a relação entre juventude e suas significações da prática laboral.

> O que constitui a alienação do trabalho? Primeiramente, ser o trabalho externo ao trabalhador, não fazer parte de sua natureza, e por conseguinte, ele não se realizar em seu trabalho mas negar a si mesmo, ter um sentimento de

[1] "O Trabalho, antes de tudo, é um ato que se passa entre o homem e a natureza. Neste ato, o próprio homem representa, em relação à natureza, o papel de uma potência natural. As forças de que o seu corpo é dotado, braços e pernas, cabeças e mãos, ele as põe em movimento a fim de assimilar meterias, dando-lhes uma forma útil à sua vida. Ao mesmo tempo em que age por esse movimento, pela natureza exterior e a modifica, modifica a sua própria natureza e desenvolve faculdades que dela dormitavam" (MARX, 1983, Vol. 1 p. 180).

> sofrimento em vez de bem-estar, não desenvolver livremente suas energias mentais e físicas mas ficar fisicamente exausto e mentalmente deprimido. O trabalhador, portanto, só se sente à vontade em seu tempo de folga, enquanto no trabalho se sente contrafeito. Seu trabalho não é voluntário, porém imposto, é trabalho forçado. Ele não é a satisfação de uma necessidade, mas apenas um meio para satisfazer outras necessidades. Seu caráter alienado é claramente atestado pelo fato, de logo que não haja compulsão física ou outra qualquer, ser evitado como uma praga. O trabalho exteriorizado, trabalho em que o homem se aliena a si mesmo, é um trabalho de sacrifício próprio, de mortificação. Por fim, o caráter exteriorizado do trabalho para o trabalhador é demonstrado por não ser o trabalho dele mesmo, mas trabalho para outrem, porque no trabalho ele não se pertencer a si mesmo mas sim a outra pessoa. (MARX, 2004, p. 82-83).

O autor Jüger Habermas (1997), ao discutir a centralidade do trabalho no pensamento sociológico, sugere que o trabalho só é possível graças aos símbolos que os homens compartilham. Para Habermas:

> Abstraindo do trabalho social, já o acto solidário, do uso de um instrumento está referindo à utilização de símbolos, pois a imediaticidade da satisfação animal dos impulsos não é interrompida sem um distanciamento da consciência que dá nomes, relativamente aos objetos identificáveis. Por tudo isso, a ação instrumental é também sempre, enquanto solitária, uma ação monológica. (HABERMAS, 1997, p. 31).

A teoria da emancipação através do potencial comunicativo entre os homens, que superaria, a longo prazo, o sistema capitalista e a ordem de organização do proletariado, soa inviável à medida que há um distanciamento dos interlocutores (atores públicos, sociedade civil, lideranças trabalhistas, dentre outros). O individualismo no capitalismo é a regência desse processo e a informação uma medida de controle.

Para Engels, o trabalho é o elemento vital para existência e perpetuação da espécie humana. No ato de transformação da natureza, fonte primária, o homem iniciou um processo de transformação da sua própria natureza – mediação que possibilitou, inclusive, no desenvolvimento da própria fala. O trabalho é, então, raiz, que fundamenta as formas sociais de organização da vida em sociedade. Os escritos de Engels "Sobre o Papel do Trabalho na Transformação do Macaco em Homem", afirma:

> Resumindo: só o que podem fazer os animais é utilizar a natureza e modificá-la pelo mero fato de sua presença nela. O homem, ao contrário, modifica a natureza e a obriga a servir-lhe, domina-a. E aí está, em última análise, a

> diferença essencial entre o homem e os demais animais, diferença que, mais uma vez, resulta do trabalho. (ENGELS, 2013, p. 25).

Porém, no percurso da história humana, com o advento da acumulação do capital, o trabalho deixa de ser mera fonte da existência material e da sociabilidade e passa, então, a desempenhar o papel de valorização da produção capitalista; na teoria marxiana: força de trabalho uma mercadoria, coisificada, desumanizada. Resumidamente, Ricardo Antunes diz o seguinte:

> Mas, se, por um lado, podemos considerar o trabalho como um momento fundante da vida humana, ponto de partida do processo de humanização, por outro, a sociedade capitalista o transforma em trabalho assalariado, alienado, fetichizado. O que era uma finalidade central do ser social converte-se em meio de subsistência. A "força de trabalho" (Conceito chave em Marx) torna-se uma mercadoria, ainda que especial, cuja finalidade é criar novas mercadorias e valorizar o capital. Converte-se em meio, e não em primeira necessidade de realização humana. (ANTUNES, 2013, p. 8).

Ou como bem destaca Marx,

> O trabalhador encerra a sua vida no objeto; mas agora ela não pertence mais a ele, mas sim ao objeto. Por conseguinte, quão maior esta atividade, tanto mais sem-objeto é o trabalhador. Ele não é o que é o produto do seu trabalho. Portanto, quanto maior este produto, tanto menor ele mesmo é. A exteriorização (Entäusserung) do trabalhador em seu produto tem o significado não somente de que seu trabalho se torna um objeto, uma existência externa (äussern), mas, bem além disso, [que se torna uma existência] que existe fora dele (ausser ihm), independente dele e estranha a ele, tornando-se uma potência (Macht) autônoma diante dele, que a vida que ele concedeu ao objeto se lhe defronta hostil e estranha. (MARX, 2004, p. 81).

Antunes, em "O Continente do Labor" (2011), reflete sobre o legado de Marx na história da América Latina. Durante a sua reflexão sobre os impactos que o continente sofreu com a inserção maciça dos elementos neoliberais, destaca-se a financeirização da economia que fundou um novo modo de vida no capital: o de criar hábitos e necessidades desvinculados das reais necessidades humanas. A manutenção do modelo capitalista e de estabilidade econômica está configurada pelo formato reprodutivo do capital. Os valores dos produtos se transformam em valores de sociabilização. Para o autor, à luz da teoria de Marx, ressalta:

> O valor de uso dos bens socialmente necessários subordinou-se ao seu valor de troca, que passou a comandar a lógica do sistema de metabolismo social do capital. As funções produtivas básicas, bem como o controle de seu processo, foram radicalmente separadas entre aqueles que *produzem* e aqueles que *controlam*. [...] Tendo sido o primeiro *modo de produção* a criar uma lógica que não leva em conta prioritariamente as reais necessidades societais – e que também, por isso, diferenciou-se de forma radical de todos os sistemas de controle do metabolismo social anteriormente existentes, que prioritariamente produziam visando suprir as necessidades de autorreprodução *humana* -, o capital instaurou um sistema voltado para a sua autovalorização, *que independe das reais necessidades autorreprodutivas da humanidade*. (ANTUNES, 2011, p. 59).

O capitalismo é hoje o modelo social hegemônico do processo de sociabilização e de interação com a natureza. Quando Marx sinaliza em "O Capital", que o trabalho é o meio complexo entre o homem e a natureza, podemos interpretar que a força de trabalho pertence ao capitalista, tanto quanto a matéria-prima (natureza) e os meios de produção (maquinas e tecnologias). E nesse cenário, em uma alusão rápida a essa relação, vemos homens enfrentarem filas diariamente nas cidades, pedindo para que sua força de trabalho seja comprada, como outra mercadoria qualquer. O valor de uso de uma mercadoria só existe porque o trabalhador acrescentou valor ao produto e, por isso, sua capacidade de trabalhar é fundamental para o capitalismo, portanto, o trabalhador precisa estar livre dos meios de produção e livre para vender sua única propriedade: a mercadoria força de trabalho. Nesse contexto o sonho de "trabalhar" da juventude está inteiramente ligado ao de produzir valor e, posteriormente, ao de consumir: lazer como produto compensatório de intensas jornadas de trabalho e de um constante processo de alienação. Assim,

> O capitalista, mediante a compra da força de trabalho, incorporou o próprio trabalho, como fermento vivo, aos elementos mortos constitutivos do produto, que lhe pertencem igualmente. Do seu ponto de vista, o processo de trabalho é apenas o consumo da mercadoria, força de trabalho por ele comprada, que só pode, no entanto, consumir ao acrescentar-lhe meios de produção. O processo de trabalho é um processo entre coisas que o capitalista comprou, entre coisas que lhe pertencem. O produto desse processo lhe pertence de modo inteiramente igual ao produto do processo de fermentação em sua adega. (MARX, 2013, p. 42).

O que Marx chamou de alienação e que está inteiramente ligado ao processo de desumanização e de estranhamento do ser social, no processo de produção, atinge a juventude também em suas trajetórias de vida. Para Marx, a alienação é um fenômeno relacionado ao

processo de produção capitalista, em que os trabalhadores igualam-se uns aos outros como meros vendedores de "força de trabalho" (a força de trabalho, que é a capacidade dos seres humanos modificarem a natureza, na sociedade capitalista, e é uma mercadoria como outra qualquer que pode ser vendida e comprada, apesar do seu misterioso poder de produzir mais valor) para produzir lucro para outro (o capitalista) e que se espraia para a esfera do consumo.

Sendo a força produtiva, então, alienadora do processo de percepção do sujeito na cadeia produtiva, os trabalhadores são, historicamente, expropriados dos produtos do seu trabalho. Não ter posse sobre o que se produz e tão pouco sobre o conhecimento do processo de trabalho desencadeia a subordinação ao modelo capitalista. A juventude, quando encara esse formato padronizador, logo absorve as subjetividades da exploração do capital. O espanto cede lugar as necessidades e a busca da sobrevivência, das quais os indivíduos carecem. O que possibilita ao capitalista cada vez mais intensificar o labor, levando ao máximo a exploração daqueles que trabalham e a organização dos trabalhadores em busca da emancipação se torna um desafio utópico.

Resumindo, os novos e futuros trabalhadores têm cada vez menos acesso ao processo de trabalho. Os jovens, principalmente com o avanço do capitalismo financeiro, perdem contato com a produção, instrumentalizando de outra forma as relações na sociedade de trabalho. O cenário não é positivo aos acordos entre empregado e empregador, tensionando as relações de poder no ambiente do labor e inviabilizando a manutenção dos direitos trabalhistas.

A centralidade do trabalho é resultado de dois fenômenos sociológicos representativos na trajetória de jovens, com respeito a multiplicidade de identidades e com atenção aos demarcadores sociais de diferença. Primeiro, pelo trabalho ser uma categoria social que, mesmo com a origem de classe distinta dos indivíduos, atua com um formato comum: a busca de renda e de identidade social. Segundo, por ser uma instituição social que estabelece padrões de comportamento (controle) com repertório de ações e condutas que devem ser desenvolvidas pelo indivíduo – exterioridade, objetividade e coercitividade (DURKHEIM, 2008), tal qual os efeitos da historicidade no formato e nas demarcações no tempo e no espaço.

O trabalho na sociedade moderna, à medida que funda a existência do homem social, produzindo a si próprio, central na dinâmica social, é o objeto principal de alienação, advinda da produção material da vida. O capital só se reproduz e acumula riqueza pela exploração da força de trabalho, que permite a circulação honrosa do trabalhador pelo espaço público e forma a base das relações sociais.

O trabalho é a atividade que mais ocupa o tempo de vida das pessoas no mundo. O tempo de trabalho é dominante e organiza os restantes dos tempos sociais. Ressignificar a disponibilidade das novas gerações para o labor é também buscar romper com o aumento da jornada de trabalho e a intensificação deste.

Sadi Dal Rosso, autor da obra "Mais trabalho!", buscou entender o porquê na sociedade contemporânea, mesmo com o avanço das tecnologias, das transformações positivas do processo de produção, do deslocamento, da comunicação o trabalho tem se tornado cada vez mais um "fardo" no cotidiano dos trabalhadores. Uma das respostas dadas pelo autor é a relação que o trabalhador tem com diversos "trabalhos" na atualidade – as funções se multiplicaram, afetando a intensidade do trabalho.

> No capitalismo contemporâneo, a análise da intensidade do trabalho está voltada para os resultados. Falamos de intensificação quando os resultados são quantitativa ou qualitativamente superiores, razão pela qual se exige um consumo maior de energias do trabalhador. Há intensificação do trabalho quando se verifica maior gasto de energias do trabalhador no exercício de suas atividades cotidianas. Quando se trata de trabalho físico, os resultados aparecem em medidas tais como maior número de veículos montados por dia por pessoa etc. Quando o trabalho não é físico, mas de tipo intelectual, como no caso do pesquisador, ou emocional, como o que ocorre com o educador e a enfermeira, os resultados podem ser encontrados na melhoria da qualidade mais do que na quantidade de pessoas atendidas. (DAL ROSSO, 2008, p. 21).

O processo de humanização do homem pelo trabalho se distancia à medida que a exploração da força de trabalho se intensifica, ao mesmo tempo que ocorre crescimento econômico e crescente pauperização da classe trabalhadora. Como bem destaca Marx:

> Chega-se, por conseguinte, ao resultado de que o homem (o trabalhador) só se sente um [ser] livre e ativo em suas funções animais - comer, beber e procriar, quando muito ainda habitação, adornos e etc - e em suas funções humanas só [se sente] como animal. O animal se torna humano, e o humano, animal. Comer, beber e procriar etc, são também, é verdade, funções genuína[mente] humanas. Porém, na abstração que as separa da esfera restante da atividade humana, e faz delas atividades últimas e exclusivas, são [funções] animais. (MARX, 2004, p. 83).

Com o aumento da produção pelas novas tecnologias e pela intensificação do trabalho temos que a produção da riqueza material aparece cada vez mais distante do trabalhador. Em tempos de identidade relacionada a consumo, como exemplo o fenômeno do "rolezinho" em

shoppings centers no ano de 2014, o caráter útil do trabalho desapareceu em meio a demanda por uma trajetória escolar também almejada para a obtenção de renda e significado de sucesso através de ocupações profissionais reconhecidas socialmente.

Pensar a história da industrialização no Brasil (que será apresentada no segundo capítulo) e o significado do capitalismo monopolista para os trabalhadores dos países ditos de Terceiro Mundo é pensar nos centros urbanos tomados por uma população sedenta por uma nova vida. A falsa liberdade através do labor é herança de uma sociedade que não conquistou o bem-estar social como medida mínima de política de Estado. "Servir" é a ordem de um país que se filiou aos interesses do capital (ALBORNOZ, 2006) e aos detentores das terras, passado por gerações, que a juventude não consegue romper. Dessa forma nossa história foi e está sendo construída pela dependência aos centros de poder do capital e pelo poder oligárquico de famílias que, desde o período colonial, vão ocupando os espaços de poder.

> Em muitas situações e momentos da sociedade contemporânea o trabalho e sua ideologia se tornam instrumentos de submissão política. O mundo é domesticado pela submissão política. Reduz-se à esfera pública, o âmbito da discussão dos problemas comuns. As pessoas se percebem como alegres robôs que não têm efetivo poder de decisão sobre o mundo em que trabalham. Todas as atividades são feitas como labores pela sobrevivência. Tem-se como utopia, no sentido de impossível, que o trabalho seja expressão, ou que se possa ter um trabalho criativo e que dê prazer. Abandona-se a pretensão do artífice, do artista. O labor invade o mundo do trabalho, que os meios de comunicação de massa mantêm. Enquanto manipulam o desejo e criam necessidades de consumo, dando aparência de necessidade a um trabalho que em si não seria mais necessário. Assim, apesar do aumento quantitativo do tempo livre na era da automação, muitas vezes desaparecem os lugares de participação política que precisam ser reinventados. (ALBORNOZ, 2006, p. 41-42).

Marx, ao anunciar "se pudessem, os trabalhadores fugiriam do trabalho como se foge de uma peste!" (MARX, 2004), aponta para o estranhamento do homem para com o mundo do trabalho. Evidente, o produto que produzem já não lhes pertence e sua ocupação na divisão social do trabalho é apenas meio de satisfação das necessidades. Nada mais lhes pertence a não ser sua força de trabalho. A fragmentação da atividade vital que é o trabalho, atividade ontológica, é sob a lógica do capitalismo a espinha dorsal do processo de escravização do trabalhador – lhe resta estar vivo. Na obra "Adeus ao trabalho?", Antunes sintetiza assim a coisificação das relações humanas no capitalismo: "A relação social estabelecida entre os homens adquire a forma de uma relação entre coisas." (ANTUNES, 2006, p. 129).

É na juventude que a consciência do ser social deveria ganhar raízes, preencher os espaços da própria existência, pois a juventude representa efetivamente uma força dinamizadora do sistema social que, associada a outras nele atuantes, acaba por transformá-lo. A juventude sintetiza uma forma possível de pronunciar-se diante do processo histórico e de constituí-lo, engajando-se (FORACCHI, 1965).

O trabalho influencia fortemente nas motivações, anseios e frustrações dos jovens. A busca pela profissionalização abrange os projetos de vida da juventude e se configura em uma marca profunda desse grupo etário e da sociedade moderna. Segundo Foracchi (1980, p. 190) "existem duas dimensões básicas da formação profissional, as quais transparecem nas representações dos jovens: a dimensão técnica, ligada à competência profissional; e a dimensão humana, entendida como modalidade efetiva de participação, através dos canais profissionais." Dessa forma, a situação de desemprego para o jovem vai além da questão econômica. Ter um trabalho significa também obter dignidade e respeito em relação a família e aos pares. Dessa forma, o jovem busca superar as relações de dependência com a família e constituir-se como uma unidade autônoma de manutenção, para isso buscará inserir-se nas relações sociais de produção, ou seja, inserir-se no mundo do trabalho. Depender economicamente da família equivale, para o jovem, a algo mais profundo do que o simples custeio material da manutenção. Representa submeter-se a um sistema de compromissos e pressões, ou seja, estar de tal forma articulado que até as manifestações da vontade individual são controladas, nesse sentido a inserção no mundo do trabalho é ir em direção a sua autonomização em relação a família e de construção de uma identidade própria, vinculada a profissão, ao mundo do trabalho. (FORACCH, 1980).

Para se desenvolver a discussão do trabalho como produtor das identidades juvenis, o próximo capítulo situará as relações de classe das juventudes no Brasil, tanto para identificar as diferenças entre os jovens no mundo do trabalho, quanto para afirmar, ou não, a importância do trabalho a todos os jovens. Para isso faremos uma breve contextualização teórica sobre a categoria juventude e apresentaremos o perfil nacional dos homens e mulheres jovens.

CAPÍTULO II – SER JOVEM NO BRASIL

> Um dia minha mãe me disse / "Você já é grande, tem que trabalhar" / Naquele instante / Aproveitei a chance / Vi que eu era livre / Para me virar / Fiz minha mala / Comprei a passagem / O tempo passou depressa / E eu aqui cheguei / Passei por tudo que é dificuldade / Me perdi pela cidade / Mas já me encontrei / Domingo boto meu pijama / Deito lá na cama / Para não cansar / Segunda-feira eu já 'to de novo / Atolado de trabalho para entregar / Na Terça não tem brincadeira / Quarta-feira tem serviço para terminar / Na Quinta já tem hora extra / E na Sexta o expediente termina no bar / Mas tenho o Sábado inteiro / Pra mim mesmo / Fora do emprego / Pra me aprimorar / Sou easy / Eu não entro em crise / Tenho tempo livre / Pra me trabalhar (Tribalistas, 2017)

Ser jovem no Brasil não é ser o único protagonista de mudanças sociais. Há, no imaginário popular, o desejo que a nova geração – ou seja, a juventude - solucione os problemas de um futuro incerto. Há investimentos em políticas nacionais e globais que apostam naquilo que viria a ser o novo capital humano (juventude): estratégico, empreendedor, criativo e inovador.

Ser jovem no Brasil é estar imerso numa multiplicidade de identidades.

> [...] a juventude é uma concepção, representação ou criação simbólica, fabricada pelos grupos sociais ou pelos próprios indivíduos tidos como jovens, para significar uma série de comportamentos e atitudes a ela atribuídos. Ao mesmo tempo, é uma situação vivida em comum por certos indivíduos. (GROPPO, 2000, p.8).

A origem de classe e os marcadores sociais de gênero e raça dos jovens interferem diretamente nas oportunidades para a construção de suas trajetórias de vida e, consequentemente, para o ingresso no mundo do trabalho e, a partir disso, o trabalho se configura também em um importante elemento na construção da identidade dos jovens.

A Política Nacional de Juventude, regulamentada pela lei nº 12.852, é um produto da Secretaria Nacional da Juventude, criada em 2005, após uma série de coletivos de jovens pressionarem o Estado a consolidar práticas e leis que fomentassem as demandas do grupo. Apenas em 2013, a lei e o Estatuto da Juventude ficaram prontos, consolidando onze direitos primordiais que todos os jovens de 15 a 29 anos devem ter no Brasil. Dentre esses direitos destaca-se "O direito à profissionalização, ao trabalho e à renda", direitos fundamentais nas

trajetórias de vida dos jovens brasileiros. O uso nessa monografia do conceito de "trajetória de vida" se fundamenta na concepção de Born:

> A trajetória de vida pode ser descrita como um conjunto de eventos que fundamentam a vida de uma pessoa. Normalmente é determinada pela freqüência dos acontecimentos, pela duração e localização dessas existências ao longo de uma vida. O curso de uma vida adquire sua estrutura pela localização desses acontecimentos e pelos estágios do tempo biográfico. A localização dos acontecimentos, a duração da existência e a sua situação no transcurso de uma vida são normalmente o resultado de informações que perpassam a população como, por exemplo, a idade média para casar, a idade média para ter o primeiro filho, duração do treinamento, idade de ingresso escolar, anos de escolaridade, idade para aposentadoria e assim por diante. (BORN, 2001, p. 241-242).

Usaremos uma metáfora para ilustrar a diferenciação da origem de classe no processo de desenvolvimento da trajetória de vida dos jovens brasileiros. A metáfora é: a construção de um prédio em terreno de mangue, o período necessário para a realização dessa obra seria o processo de desenvolvimento da juventude. O produto final, o prédio, seria a entrada no mundo adulto através da realização de algum trabalho ou processo de profissionalização. Evidentemente o jovem de classe social vulnerável vai acelerar o processo de produção da estrutura. As vezes faltará algum material, a arquitetura não será tão magistral, alguns fios e canos poderão faltar na estrutura, porém o prédio será construído mais rapidamente e o jovem se mudará, adentrará rapidamente no mundo do trabalho. Contudo, a principal questão aqui está na fundação do prédio, nas "estacas" que o "sustentam em um mangue": se elas não forem bem assentadas, de tempos em tempos o solo cederá e será necessário refazer o processo para manter minimamente a edificação de pé. Se o prédio desmoronar o sujeito não pertencerá mais àquele local, e certamente procurará refazer todo o processo. Do outro lado, vizinho a estes prédios estão os jovens de classe alta que passarão um longo período de suas vidas construindo sua edificação com as mais firmes estacas.

A questão a ser discutida aqui é que, por mais acentuada que sejam as diferenças nesse processo, os jovens se destinam diferentemente ao mundo do trabalho, por critérios de renda e/ou de performance social. O que os credencia ao modelo de divisão temporal de suas vidas, a partir do trabalho. Guy Bajoit e Abraham Franssem (1997) são assertivos na comparação entre o tempo de trabalho e os efeitos para o tempo de vida dos jovens, ou seja, "o trabalho é um dado indiscutível que determina o ritmo da existência" (p.86). Em tempos de empregos pouco

estáveis ou para toda a vida, ou seja, em tempos de trabalho parcial, precários e intensos, a relação com o tempo se torna uma árdua batalha por uma carreira e um "lugar ao sol" travado na juventude e pelas juventudes.

> Essa aspiração à autorrealização e essa relação dessacralizada com o trabalho se traduzem também em uma outra relação com o tempo, quer se trate do tempo cotidiano ou da divisão das etapas da vida. No modelo tradicional de trabalho, o trabalho é um dado indiscutível que determina o ritmo da existência. A norma é a do emprego em tempo integral e para toda a vida. A estabilidade do emprego é uma dimensão importante e é o modelo progressivo e acumulativo da carreira que constitui a norma (sancionada por uma medalha depois de 25 anos de fidelidade). Trata-se de ter "um bom lugar" que permita efetuar toda uma carreira – os papéis profissionais são papéis para toda a vida, com a possibilidade de "reconversão" sob o império da necessidade, mas o termo mesmo de "reconversão" sugere a amplitude da reorientação que isso significa. Se ainda se encontra entre os jovens esta aspiração a uma segurança na existência, forçoso é constatar que há menos empregos estáveis e que a norma do emprego em tempo integral e para toda a vida tende a aparecer como um contra-modelo. O receio da monotonia supera o desejo de segurança e de retorno financeiro. (BAJOIT; FRANSSEN, 1997, p. 86).

Compreender a juventude apenas como um processo do desenvolvimento físico-psicológico é muito limitador, haja vista os diversos vetores sociais que atravessam esse grupo. A faixa etária pode transbordar os limites, para mais ou para menos, do que está previsto em lei. A trajetória de vida do jovem brasileiro é permeada por muitas tensões – as oportunidades e as dificuldades são heterogêneas e fazem intersecção com a origem de classe, o gênero e a raça.

A juventude brasileira é predominantemente trabalhadora, conciliando os estudos com o trabalho e com as responsabilidades do lar. Segundo a última PNAD (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio, 2015), existem no Brasil mais de 48 milhões de jovens na faixa etária de 15 a 29 anos (faixa referência para as políticas públicas nacionais e regulamentada pela Lei nº 12.852, de 5 de agosto de 2013). Desse quantitativo, 25.403.000 jovens exercem alguma ocupação laboral (formal ou informal), com a maior concentração na atividade de serviços. Quase 60% desse valor é do sexo masculino.

Para Groppo, a categoria social juventude não só revela outros funcionamentos da vida moderna, quanto afirma que suas instituições foram consolidadas a partir de categorias etárias:

> Minha intenção é demonstrar que a categoria social juventude – assim como outras categorias sociais baseadas nas faixas etárias – tem uma importância crucial para o entendimento de diversas características das sociedades modernas, o funcionamento delas e suas transformações. Por exemplo, acompanhar as metamorfoses dos significados e vivências sociais da juventude é um recurso iluminador para o entendimento das metamorfoses da própria modernidade em diversos aspectos, como a arte-cultura, o lazer, o mercado de consumo, as relações cotidianas, a política não institucional etc. Por outro lado, deve-se reconhecer que a sociedade moderna é constituída não apenas sobre as estruturas de classe ou pelas estratificações sociais que lhe são próprias, mas também sobre as faixas etárias e a cronologização do curso da vida. A criação das instituições modernas do século XIX e XX – como a escola, o Estado, o direito, o mundo do trabalho industrial etc. – também se baseou no reconhecimento das faixas etárias e na institucionalização do curso da vida. (GROPPO, 2000, p. 11-12).

Por isso, as mudanças nos significados e nas vivências das juventudes são fundamentais para se compreender as transformações que ocorrem na modernidade em todos as suas dimensões. Acompanhar as vicissitudes das juventudes lança luz ao momento atual que se vive, em especial para essa monografia, ao mundo do trabalho e na construção de uma identidade a partir dessa vivência.

É importante ter claro que a juventude não é uma categoria uniforme. No entanto, ela foi largamente refletida na Política Nacional de Juventude, desenvolvida em 2006, pautada na ideia de que é um sujeito de direitos e um dos contingentes populacionais mais vitimizados na sociedade, de diferentes maneiras. O documento, que deve ser lido com cautela, apresenta o seguinte:

> Nesse sentido, e a grosso modo, considerando o fato dos jovens comporem o contingente populacional mais vitimizado pelas distintas formas de violência presentes no Brasil; enfrentarem enormes dificuldades de ingresso e permanência no mercado de trabalho; sofrerem impedimentos no acesso a bens culturais; não terem assegurado o direito a uma educação de qualidade não receberem tratamento adequado no tocante as políticas públicas de saúde e lazer, o reconhecimento de seus direitos deve estar alicerçado em uma perspectiva ampla de garantia de uma vida social plena e de promoção de sua autonomia. Portanto, seu desenvolvimento integral é legítimo e de interesse de todo o conjunto da sociedade. Considerando os jovens como sujeitos de direito, evita-se qualquer entendimento de que a juventude é uma faixa-etária problemática, essencialmente por ser a mais comum vítima dos problemas socioeconômicos do país. Evita-se também a sua idealização no sentido de entendê-la como a única protagonista da mudança, em uma interpretação heroica de seu papel mítico. A juventude brasileira é fruto da sociedade brasileira e, em tempos de globalização e rápidas mudanças tecnológicas, deve ter condições, oportunidades e responsabilidades específicas na construção de um país justo e próspero. (NOVAES; CARA; MOREIRA, 2006, p. 7).

A juventude não é a personagem principal dos quadrinhos. Ou seja, não é a única protagonista da mudança social, equivocadamente muitas vezes assim interpretada e considerada. Porém, quantitativamente, compõe a maior população mundial na faixa etária de 10 a 24 anos (parâmetro internacional, definido pela Organização das Nações Unidas, ONU, para referenciar as pesquisas). A chance de impactar no futuro incerto e promover um desenvolvimento global mais participativo, depende de garantias das instituições de Estado para que os jovens encontrem condições de transitar de forma plena, segura e saudável nessa fase da vida. As políticas públicas necessitam erguer estruturas sólidas para promoção das potencialidades individuais, sem desconsiderar diversos fatores essenciais à manutenção da vida e da sobrevivência.

Se as transformações no mercado de trabalho, ligado ao fenômeno do desemprego e da precariedade, afetam primordialmente os jovens, como compreender os efeitos nos projetos desse grupo? Já que o trabalho é central para suas trajetórias de vida.

A última pesquisa do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), realizada entre 2017 e 2018, em parceria com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), com 15.000 jovens de nove países da América Latina e do Caribe, trazem alguns dados interessantes para a reflexão acerca do trabalho como principal mecanismo de promoção das políticas públicas, com destaque para o Brasil. A faixa etária adotada foi de 15 a 24 anos. A associação direta de educação com trabalho, revelou que no Brasil, 49% dos jovens só estudam, 13% só trabalham, 15% estudam e trabalham e 23% não estudam e não trabalham. Porém, quando especificado as atividades da última faixa mencionada, os estereótipos sobre os jovens nessa condição não se concretizam (**Tabela 1**). Afinal, o conceito de desocupação que o nome "nem-nem" sugere (termo utilizado no Brasil ou NEET, *not in education, employment or training*, no padrão internacional, ou Ni-Ni na literatura em espanhol), não é real, visto que grande parte estão em empregos informais, em atividades domésticas e/ou procurando emprego.

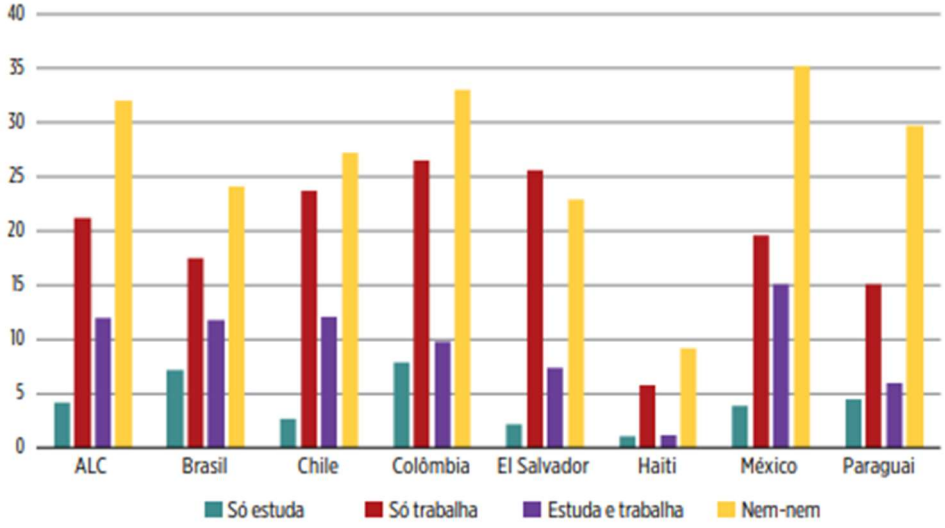
No **Gráfico 01,** ainda é possível ver a relação entre a maternidade e paternidade precoce com o grupo que não estuda e não trabalha: os jovens que tiveram filhos na adolescência estão em maior parte nessa situação, dificultando o percurso educativo e profissional. Nos **gráficos e tabelas** apresentados abaixo, a sigla ALC significa América Latina e Caribe.

Tabela 1 – Principais atividades realizadas pelo nem-nem (%)

	ALC	BRASIL	CHILE	COLÔMBIA	EL SALVADOR	HAITI	MÉXICO	PARAGUAI
Principais atividades dos nem-nem								
Procurando trabalho	31	36	43	62	44	38	18	36
Cuidados familiares	64	44	59	54	56	64	70	54
Negócios/trabalhos domésticos	95	79	83	94	96	89	98	96
Pessoa com deficiência	3	4	4	1	1	12	3	3
Nenhuma dessas atividades e sem deficiências	3	12	10	2	1	2	1	1

Fonte: Novella; Repetto; Robino; Rucci (2018, p.3).

Gráfico 01 – Jovens que tiveram filhos na adolescência (%)



Fonte: Novella; Repetto; Robino; Rucci (2018, p.6).

Segundo os autores e autoras da pesquisa:

> [...] a análise qualitativa revelou que os nem-nem são os que identificam mais enfaticamente a violência e a insegurança como problemas de seu país, e as drogas como uma constante ameaça de obtenção de dinheiro fácil que os afasta de suas aspirações educacionais e profissionais. Nesse sentido, ser nem-nem também pode ser entendido como uma tentativa de evitar os riscos das ruas, pois é um grupo cujas atividades diárias acontecem principalmente no âmbito doméstico. (NOVELLA; REPETTO; ROBINO; RUCCI, 2018, p. 4).

Nesse sentido, a juventude brasileira relaciona-se com os seus projetos de vida a partir da sua situação de classe. Assim como a população de um país é reflexo também das políticas econômicas e do processo de industrialização a qual ela foi submetida. A forma como a juventude se apresenta ao mundo pós-industrial carrega uma bagagem de indefinições, ao

mesmo tempo, a situação intermediária da juventude em relação a infância e ao mundo adulto é, provavelmente, um condicionante da produção de subjetividades contraditórias e incertas.

> Essa condição intermediária, entre a fase primeira da vida e a fase posterior, faz da juventude uma geração em transição, com ações contraditórias, em que a incerteza cede lugar à certeza e vice-versa, e com sentimentos fortemente vivenciados. Com isso, o que se pode observar é que a juventude, enquanto uma fase da vida, se "move", no tempo e no espaço, de acordo com a sociedade na qual se encontra constituída. (FREITAS, 2013, p. 153).

Para a melhor conexão entre a historicidade dos jovens com a situação econômica e industrial do país, uma breve contextualização do caso do Brasil.

2.2. A industrialização brasileira e a inserção dos jovens

A qualificação como pré-requisito para a inserção profissional mudou em comparação as décadas finais do séc. XX no Brasil. O mercado tinha mais condições de absorção, mesmo com baixas qualificações. À medida que o desemprego avançou e a juventude passou a ser um "problema" econômico no país, as ciências humanas passaram a investigar mais esse grupo. Afinal, no Brasil, apenas a partir da década de 90 que a indústria sofreu efeitos significativos com abertura ao capital externo e ao processo de internacionalização da economia. Para os jovens da época, as dificuldades de ascensão profissional cresceram devido a modernização do setor produtivo.

Devido as exigências do mercado, o desemprego se tornou uma realidade para o grupo no início dos anos 2000. Os jovens se tornaram um elemento de preocupação para o Estado, devido ao baixo engajamento produtivo em um país que disparava economicamente. Os jovens passam, então, a ser uma categoria estratégica no desenvolvimento nacional, não só no Brasil, mas em diversos países em desenvolvimento. O artigo de Joari Carvalho (2004) ressalta essas questões, a partir de vários outros autores:

> Em período mais recente, desde a década de 1990, como aponta Mattoso (1999), evidencia-se um grande aumento do desemprego, um rebaixamento da renda assalariada, um incremento do trabalho e da economia informal e uma grande dificuldade para os trabalhadores serem incluídos no sistema econômico. Esse mergulho na crise econômica chegou associado a reformas do Estado, ajustes econômicos neoliberais e crescimento exponencial da automação e da tecnologia nos sistemas de produção, tudo isso implicando a dispensa em massa de mão-de-obra humana. Nota-se que, nesse contexto,

> como em estudos de Pochmann (2000), os jovens enfrentam dificuldades adicionais para encontrar trabalho e nele se manterem, uma vez que além de inexperientes, encontram poucas oportunidades. **Isso fica significativamente mais grave entre jovens pobres, pois eles são impelidos a precipitar a ocupação de um posto de trabalho para obter uma renda a fim de sustentar as despesas familiares ou a própria sobrevivência, o que costuma comprometer a possibilidade de formação escolar e de maior qualificação profissional**, as quais adiante provavelmente contribuiriam para a seqüência de sua carreira de trabalho. (CARVALHO, 2004, p.7. Grifo nosso).

A história da industrialização brasileira está associada aos sistemas de proteção social: as garantias trabalhistas, como por exemplo a Previdência Social, estão asseguradas através do trabalho formal. No entanto, os ajustes econômicos neoliberais e crescimento exponencial da automação e da tecnologia nos sistemas de produção desencadearam fortes mudanças nos empregos, gerando instabilidade, precariedade e intensificação no mundo do trabalho

O Brasil foi atravessado, desde a República Velha, por uma parcela relevante de jovens na sua estrutura social e com renda *per capita* baixa. Mesmo com a forte migração no período da industrialização nacional, até meados da década de 80, o cenário não foi positivo para a população jovem, que aderiram a trabalhos com extensas jornadas no meio urbano. O crescimento econômico no período ainda assim foi positivo, com ascensões sociais, porém, a concentração de renda, fator inerente a história do Brasil impossibilitou a democratização de acesso aos bens de consumo e de empregos. (SANTOS; GIMENEZ, 2015).

É a partir de 2003, que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva, do Partido dos Trabalhadores (PT), após ganhar as eleições pela primeira vez, enfoca na diminuição das desigualdades sociais, com valorização da produção nacional e, no que interessa nessa monografia, com fortes investimentos em políticas de acesso ao emprego. A estagnação econômica e as políticas sociais voltadas para a força de trabalho juvenil sofrem a partir daí importantes alterações, com enfoque no sistema educativo e valorização do salário mínimo (emprego) para o avanço econômico, social e de autoestima dos jovens.

Nesse contexto das políticas governamentais, a educação teve um lugar especial,

> Entre 2002 e 2012 o número de alunos no ensino superior dobrou no Brasil, passando de 3,5 milhões para mais de 7 milhões de alunos. Desse universo de matriculados em 2012, 5,9 milhões estavam em cursos presenciais e mais de 1 milhão de estudantes, em cursos a distância. Os ingressantes saltaram de 1,4 milhão para 2,7 milhões e os concluintes, de 479 mil para mais de 1 milhão

> de estudantes. A expansão do ensino médio e superior no Brasil nos anos 2000 ampliou o universo de matriculados para mais de 16,6 milhões de alunos nesses níveis de ensino. Tomando como referência a população total brasileira, em 2012, com idade entre 18 e 24 anos – 22,5 milhões de pessoas –, percebe-se que o número de matriculados no ensino médio e superior representava 73,3% da população desse grupo etário. (SANTOS; GIMENEZ, 2015, p. 160).

As relações entre educação e trabalho no Brasil sofreram alterações importantes para a compreensão da transição da escola ao mundo do trabalho. Ao mesmo tempo que possibilitou aos jovens corresponderem a certas exigências, fortaleceu a cultura da educação como mecanismo de acesso ao emprego, qualificando e remodelando o ensino técnico para corresponder as demandas de formação para o capital.

Na mesma linha dos efeitos da política presidencial do governo Lula, no relatório da pesquisa mensal de emprego, desenvolvido pelo IBGE, no comparativo de 2003 a 2007, a análise dos dados para se constatar a evolução no mercado de trabalho está no enfoque dos postos de trabalho; poder de compra; carteira de trabalho assinada; contribuição da previdência e ocupação no trabalho informal ou empreendedor com o crescimento da chamada 'pejotização'. Nas seis capitais pesquisadas, chama atenção o crescimento percentual da média geral de ocupados na população em idade ativa nos anos comparados. Porém, é a população jovem, de 15 a 24 anos, também em idade ativa, que caiu percentualmente na categoria de população ocupada (que exerce alguma espécie de trabalho, com remuneração direta ou não). Ver a seguir a **Tabela 2.** Também caiu na categoria de população desocupada (mas que estão procurando/dispostas a trabalhar). Ver **Tabela 3.** O que demonstra os efeitos das políticas de educação do governo, já que os jovens trabalhadores diminuíram e os jovens também deixaram de procurar emprego no Brasil.

Tabela 2 - Distribuição das pessoas ocupadas, por regiões metropolitanas, segundo a idade (em %)

	Total	Recife	Salvador	Belo Horizonte	Rio de Janeiro	São Paulo
10 a 14 anos						
2003	0,6	0,8	0,6	0,6	0,6	0,4
2004	0,5	0,6	0,6	0,5	0,5	0,4
2005	0,3	0,3	0,4	0,3	0,2	0,3
2006	0,3	0,5	0,5	0,3	0,2	0,3
2007	0,3	0,2	0,4	0,3	0,1	0,3
15 a 17 anos						
2003	2,1	2,1	2,0	2,4	1,3	2,4
2004	2,0	1,8	1,9	2,5	1,2	2,4
2005	1,8	1,5	1,6	2,3	1,1	2,0
2006	1,8	1,7	1,5	2,3	1,1	2,1
2007	1,7	1,2	1,4	2,1	0,9	2,0
18 a 24 anos						
2003	16,8	16,8	16,7	18,6	14,4	17,9
2004	16,6	16,7	16,9	18,7	14,1	17,5
2005	16,2	15,5	16,8	18,1	13,6	17,1
2006	15,9	15,3	15,9	17,8	13,0	17,0
2007	15,6	14,9	15,6	18,1	12,7	16,7
25 a 49 anos						
2003	63,8	64,3	66,8	63,6	63,1	63,9
2004	63,4	64,0	66,1	62,4	63,1	63,5
2005	63,7	65,7	65,6	63,3	63,4	63,6
2006	63,5	64,9	66,1	62,8	63,2	63,3
2007	63,4	66,0	65,9	61,7	63,0	63,3

Fonte: Adaptado, IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Mensal de Emprego, 2008, p.16

Tabela 3 – Taxa de desocupação, por regiões metropolitanas, segundo a idade (em %)

	Total	Recife	Salvador	Belo Horizonte	Rio de Janeiro	São Paulo	Porto Alegre
15 a 17 anos							
2003	38,2	32,0	39,6	34,9	31,2	42,4	30,7
2004	35,4	28,9	39,8	32,2	29,4	38,5	30,9
2005	33,6	31,1	39,9	30,4	26,1	36,8	27,9
2006	32,6	34,9	34,0	28,7	28,4	35,6	26,0
2007	31,9	28,9	43,5	28,1	23,3	35,1	23,2
18 a 24 anos							
2003	23,4	26,5	31,2	19,9	20,4	24,7	17,8
2004	22,5	24,9	30,1	20,1	20,4	23,3	17,7
2005	20,5	27,0	30,9	16,8	18,9	20,5	14,8
2006	21,0	29,1	28,3	17,6	20,3	20,8	15,4
2007	19,8	25,7	27,3	14,9	18,2	20,6	14,7
25 a 49 anos							
2003	9,4	11,1	12,9	7,7	7,3	10,5	7,1
2004	8,7	10,4	12,5	7,6	7,3	9,3	6,2
2005	7,4	10,9	11,5	6,6	6,1	7,4	5,5
2006	7,6	12,1	10,6	6,0	6,1	7,7	6,3
2007	7,2	9,9	10,6	5,7	5,9	7,5	5,8

Fonte: Adaptado, IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Mensal de Emprego, 2008, p.55

Por fim, deve-se reforçar que as políticas do governo foram direcionadas para classes sociais menos favorecidas, com o objetivo de realizar a transição da escola para o mundo do trabalho. No próximo capítulo serão abordadas duas dessas principais políticas.

A juventudes oriundas de classes sociais trabalhadoras deveria lidar com o trabalho como um direito adquirido/legítimo e não como a única forma de sair da sua condição de pobreza. A educação se torna, então, uma chave pragmática na trajetória de suas vidas e uma maneira, nem sempre eficaz, de galgar um lugar no mundo do trabalho.

O próximo capítulo tratará do papel da educação nesse processo e refletirá também sobre se a construção identitária pelo trabalho conduz os jovens a condição de adultos.

CAPÍTULO III - EDUCAÇÃO É A CHAVE DO NEGÓCIO: "ADULTECER" PARA TRABALHAR E TRABALHAR PARA "ADULTECER"

> Olá, como vai ? / Eu vou indo e você, tudo bem ? / Tudo bem eu vou indo correndo / Pegar meu lugar no futuro, e você ? / Tudo bem, eu vou indo em busca / De um sono tranquilo, quem sabe ... / Quanto tempo... pois é... / Quanto tempo... (Paulinho da Viola, 1969)

A relação social que o jovem estabelece com o trabalho se torna cada vez mais significativa e simbólica na trajetória de sua vida; ao passo que ele identifica essa categoria como a forma mais bem-sucedida de estabelecer vínculos com a comunidade, a família e desenvolver sua autonomização, construindo o processo de transição vital à passagem para a vida adulta.

> As questões do trabalho e da renda da juventude refletem o difícil processo de inserção e permanência do jovem no mundo do trabalho. Assim, a análise do emprego e do desemprego juvenil ganha importância, tendo em vista seu impacto e sua relevância social, e demonstra que o mesmo vem sendo considerado como fenômeno com peculiaridades universais, decorrente da interpretação de que os jovens estão em um momento de seu ciclo vital caracterizado pela experimentação e pela transição para a vida adulta, assumindo novas responsabilidades sociais, em que se exigiria a passagem de sua condição de inatividade para a de atividade econômica. Em outras palavras: os jovens poderiam estar em processo contínuo de passagem: experimentando o mercado de trabalho e sendo experimentado por ele, buscando adaptarem-se às demandas das empresas, dos governos e da sociedade. (LEON, 2007, p. 270-271).

O direito de participar da vida pública não é garantido quando se trata de reivindicações. A emblemática sentença "os jovens são o futuro do país" só é positiva quando estes estão vinculados a renda e a produção. A exigência da educação formal como processo necessário para a passagem à vida adulta até é garantida pelo Estado, nas escolas públicas, mas nem todos conseguem acessá-la nas mesmas condições sociais. Diversos estudos da área da sociologia das juventudes são unânimes ao apresentar evidências quanto a efetividade da educação escolarizada como a principal forma de ascensão social. Todavia, as estruturas frágeis do sistema educacional brasileiro e as oportunidades disponibilizadas na forma de políticas públicas aos estudantes apenas reforçam a necessidade da inserção dos jovens no mundo do

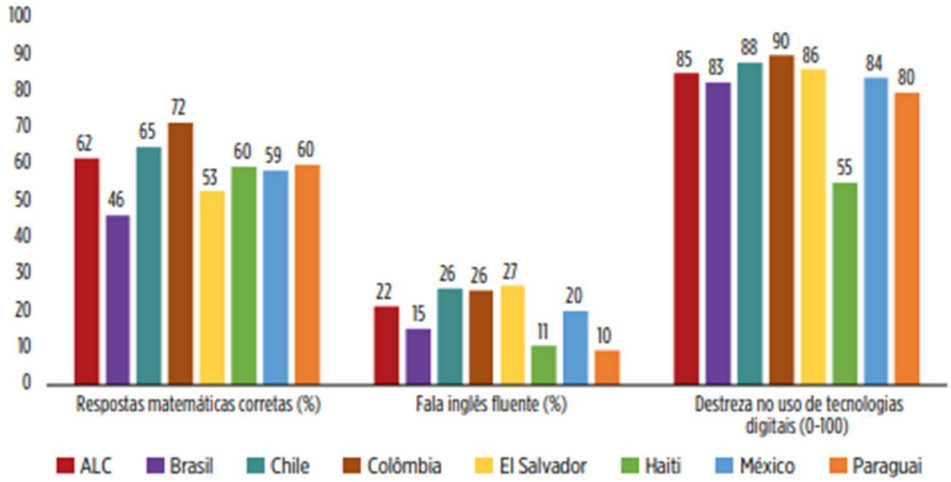
trabalho, como condição vital para sua emancipação econômica e sua transição para a vida adulta, possibilitando que assumam novas responsabilidades sociais.

É nesse sentido que discute-se no presente trabalho o processo de "adultecimento'' da juventude brasileira. "Adultecer" ou "adultecimento" é compreendido aqui como uma categoria vinculada ao processo final da trajetória que o jovem percorre para adentrar no mundo dos adultos. O sentimento de pertencimento pelo trabalho é fundamental no processo de sociabilidade e também está vinculado a ideia de se tornar adulto: trabalhando o jovem "adultece" e, ao buscar "adultecer", o jovem se vê pronto para o trabalho. Aqui, a condição de ser jovem é rompida pela ideia de deixar de ser "improdutivo".

A condução bem-sucedida do jovem para o mercado de trabalho, que seria o ideal na modernidade, carrega uma série de reproduções motivacionais com raízes fincadas no discurso empreendedor. A exigência aos jovens de um ótimo currículo e de diferentes repertórios estão cada vez mais destoando do crescente processo de precarização das atividades laborais.

No **Gráfico 2**, a seguir, apresentado por Novella, *et all* (2018, p.7), observa-se quais são as escolhas das habilidades cognitivas e técnicas para avaliar a preparação dos jovens para a inserção no mercado de trabalho. Conhecimento matemático, domínio da língua inglesa e uso de tecnologias seriam essenciais para o desempenho profissional. Esta são habilidades que acabam ficando em segundo plano na oferta da educação básica brasileira, principalmente aqueles conhecimentos vinculados ao domínio da língua inglesa e o uso de tecnologias. A precariedade das escolas brasileiras, a falta de professores com formação adequada, como por exemplo, o baixo número de professores formados em matemática, decorrentes da oferta de baixos salários e da precarização do trabalho docente, geram uma escolarização desigual entre as juventudes e o vínculo direto com a origem de classe. A exigência de certas aprendizagens ratifica a relação conflituosa de classes e a opressão e domínio àqueles que não manejam esses códigos para lograr êxito no trabalho. Mais do que isso, a educação escolarizada, exigida nos moldes da modernidade, cumpre a tarefa de criar competências e habilidades necessárias para garantir a inclusão do jovem na sociedade capitalista. A cada jovem caberia o empenho em desenvolver as características exigidas para galgar o patamar da empregabilidade ou, ainda, colocar-se como um empreendedor no mercado. Essa é a "toada cantada" aos jovens do século XXI.

Gráfico 2 – Habilidades cognitivas e técnicas dos jovens na ALC

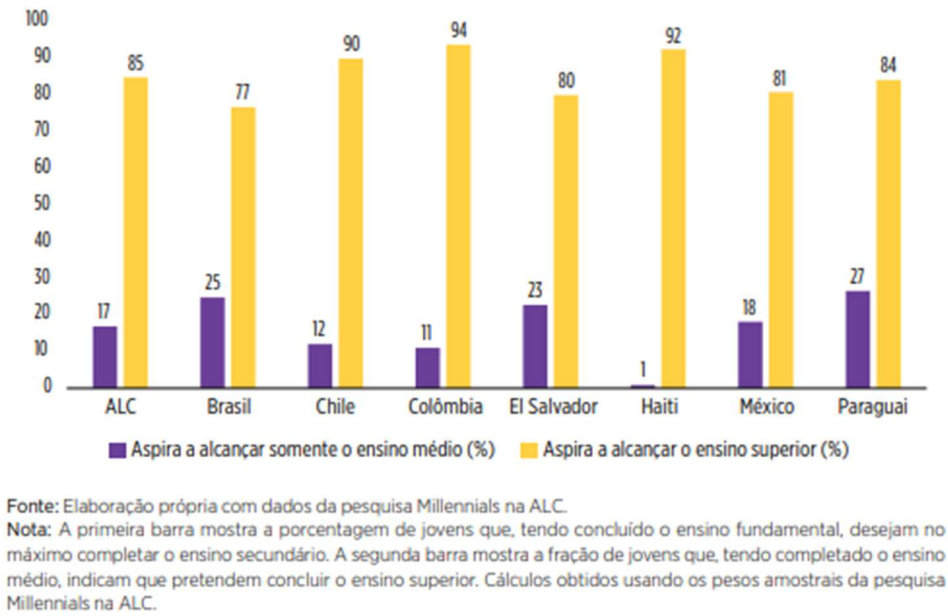


Fonte: Novella; Repetto; Robino; Rucci. Millennials en América Latina y el Caribe: ¿trabajar o estudiar? 2018, p.51.

Mas, ao analisar o gráfico acima, apresentado pelos autores estudados, percebe-se que no Brasil apenas 46% dos jovens responde de maneira correta as perguntas no que se refere as competências e habilidades cognitivas na linguagem matemática, ficando em último lugar, comparativamente aos países da América Latina, como Chile (65%), Colômbia (72%), El Salvador (53%), Haiti (60%), México (59%), Paraguai (60%). Em relação as competências e habilidades cognitivas dos jovens brasileiro na fala fluente do inglês, o Brasil (15%) só fica na frente do Haiti (11%) e do Paraguai (10%). El Salvador (27%), Chile (26%), Colômbia (26%) e México (20%) ficam na frente. Na destreza do uso de tecnologias digitais o Brasil (83%) novamente só fica a frente do Paraguai (80%) e Haiti (55%) enquanto seus vizinhos latino-americanos apresentam o seguinte desempenho: Chile (88%), Colômbia (90%), El Salvador (86%), México (84%).

O fato é que a educação ainda é considerada, segundo os autores, o principal elemento identificado pelos jovens como forma de ascensão social e mudança na sua condição de profissionalização e, portanto, de empregabilidade, como demonstra o **Gráfico 3**, exercendo um papel importante na autoestima dos jovens.

Gráfico 3 - Aspirações educacionais dos jovens (%)

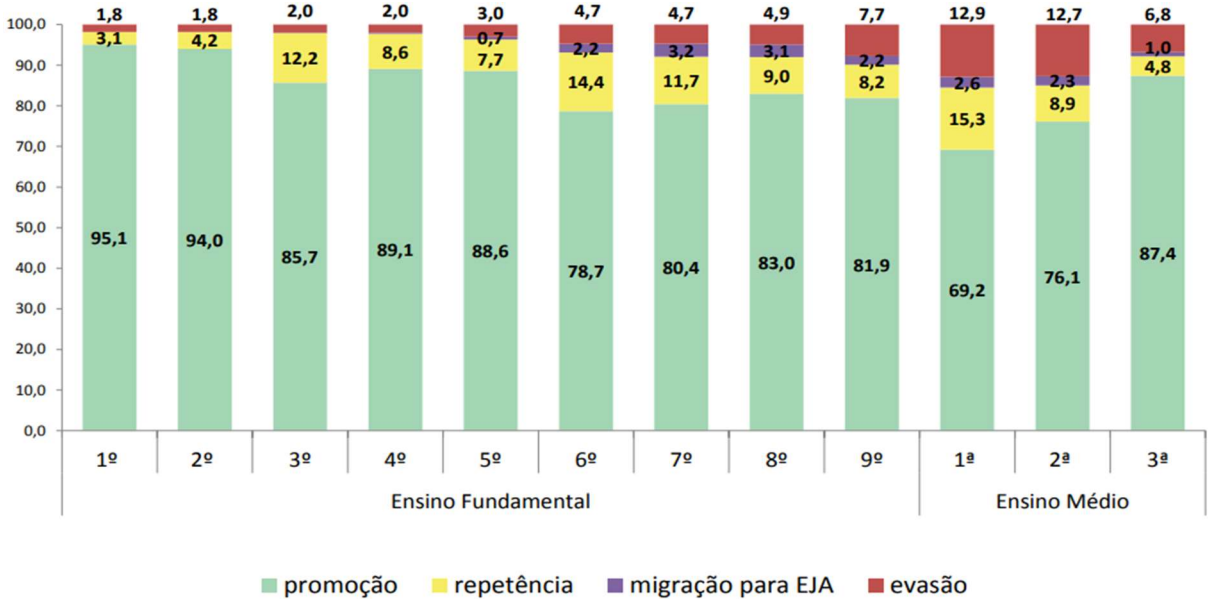


Fonte: Elaboração própria com dados da pesquisa Millennials na ALC.
Nota: A primeira barra mostra a porcentagem de jovens que, tendo concluído o ensino fundamental, desejam no máximo completar o ensino secundário. A segunda barra mostra a fração de jovens que, tendo completado o ensino médio, indicam que pretendem concluir o ensino superior. Cálculos obtidos usando os pesos amostrais da pesquisa Millennials na ALC.

Fonte: Novella; Repetto; Robino; Rucci. Millennials en América Latina y el Caribe: ¿trabajar o estudiar? 2018, p.54.

Este último gráfico, referente as aspirações educacionais, revela que quanto maior o acesso ao ensino formal, maior o desejo de dar continuidade a formação. Grande parte da população jovem brasileira, com acesso ao sistema educacional, ainda enfrenta muitos problemas para dar continuidade a essa trajetória em suas vidas. O que não os torna improdutivos, já que estão, na maioria dos casos, desenvolvendo atividades domésticas, não-remuneradas, familiares e em busca de emprego. Contudo, a evasão escolar no país ainda é muito significativa nos anos finais do ensino fundamental e nos anos iniciais do ensino médio, como mostrado no **Gráfico 4** a seguir, na pesquisa do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), com base no censo escolar realizado nos anos de 2014 e 2015. A sigla EJA significa: Educação de Jovens e Adultos.

Gráfico 4 - Taxas de promoção, repetência, migração para EJA e evasão por série – BRASIL – Censo escolar 2014/2015



Fonte: Indicadores de Fluxo Escolar da Educação Básica, INEP, 2017, p.3

Os períodos de maior evasão escolar demonstrado no gráfico, o primeiro ano do ensino médio, tem sua principal causa na busca pelo emprego, já que parte dos jovens atingiram uma idade maior e conseguem emprego com mais facilidade. Mas, cabe destacar aqui outros motivos importantes para a evasão escolar que refletem a condição de classe: baixo acesso as escolas e transporte público; deficiências físicas; gravidez; envolvimento com o tráfico; *déficit* de aprendizagem e repetência; pobreza e pouco acesso à alimentação, roupa e higiene pessoal; pouco pertencimento ao espaço escolar. As motivações da evasão escolar impedem que os jovens concluam as etapas educativas, reproduzindo, em certa medida, a estrutura das classes sociais no sistema educacional brasileiro: jovens privilegiados têm acesso ao ensino propedêutico, sem obstáculos ou maiores impedimentos e são formados para exercerem profissões bem definidas e intelectualizadas, enquanto jovens pobres são, cada vez mais, empurrados para o ensino técnico (ou conclusão limitada da educação, muitas vezes passando pela formação da EJA), para exercerem profissões manuais, sem exigência de qualificação especializada.

Logo, a formação das juventudes no Brasil está situada em uma sociedade dividida em classes e é, portanto, dinamizada por essa estrutura social. O Inep, no ano de 2006, organizou uma obra intitulada "A Formação do Cidadão Produtivo: a cultura de mercado no ensino médio técnico", na qual Frigotto, em parceria com a Maria Ciavatta e outros autores (2006), discutem

a formação profissional no Brasil, em especial na década de 80 e 90. Em diálogo com esse debate os autores afirmam que:

> O conceito de educação do homem integrado às forças sociais difere da mera submissão às forças produtivas. Essa concepção distancia-se dos cursos breves de educação profissional […] descontextualizados de uma política de desenvolvimento, geradora de trabalho, emprego e renda, e de políticas sociais que sinalizem a melhoria de vida da população e a mudança de rumo na falta de perspectiva para os jovens e adultos desempregados. Distancia-se, também, das reformas educativas em curso no ensino médio técnico, com seus cursos breves modulares, com a redução do saber e da técnica às questões operacionais, com valores pautados pelo individualismo e pela competitividade exigidos pelo mundo empresarial. A educação do cidadão produtivo onde o mercado funciona como princípio organizador do conjunto da vida coletiva, distancia-se dos projetos do ser humano emancipado para o exercício de uma humanidade solidária e a construção de projetos sociais alternativos. (FRIGOTTO; CIAVATTA, 2006, p. 68).

As perspectivas e a multiplicidade de projetos para a juventude parecem cada vez mais distantes e pré-determinadas no Brasil. Há uma identificação primordial e comum das aspirações dos jovens de classe baixa no processo de desenvolvimento de suas trajetórias de vida: renda para realização de outros sonhos/desejos, estabelecendo uma identificação complexa e limitadora pelo lugar que ocupa (ou não) no mundo do trabalho. Ou, como refere-se Martins (1997), em alusão a uma outra pesquisa (DAUSTER, 1993, p. 35)[2]: "Os jovens querem trabalhar para se sentirem importantes dentro de sua família, mas, também, para poderem comprar, com o seu dinheiro, certos objetos - como o tênis e as roupas de marca, o relógio - que lhes permitam o acesso a uma 'gramática do gosto' (p.35), fundamentais na construção de uma identidade jovem"(MARTINS, 1997, p. 106), na atual sociedade de consumo. Segundo ainda esta autora, a pressão do consumo é mencionada, também, por vários outros pesquisadores como um dos mais fortes motivos que impulsionam os jovens para o trabalho (MARTINS, 1997, p. 106, 107).

Uma outra pesquisa, desenvolvida por Luciano Borges Muniz e Regina Medeiros (2015) com jovens de um programa de governo de Minas Gerais, para compreender a lógica da empregabilidade e as expectativas juvenis, conclui o seguinte:

[2] DAUSTER, Tânia, (1992). Uma infância de curta duração: trabalho e escola. Cadernos de Pesquisa. São Paulo, nº 82, agosto, 31-36.

> Nos últimos anos se formou uma nova cultura do trabalho em que o indivíduo passa a ocupar um lugar central no que se refere à responsabilidade de estar ou não empregado, de ter ou não sucesso nesse novo cenário constituído. Os efeitos sociais produzidos por essa nova configuração podem ser facilmente identificados entre os jovens que iniciam precocemente sua inserção, em busca de postos de trabalho considerados por eles ideais. E**m grande medida, o desejo de uma inserção satisfatória se inicia na busca de cursos, diplomas, certificações ou algum outro tipo de conhecimento que possa ser comprovado em face das oportunidades oferecidas pelo mundo do trabalho. Desconsiderando outros fatores, os jovens se percebem como os principais responsáveis pelo sucesso ou fracasso no acesso aos postos de trabalhos disponíveis,** desde o início de suas trajetórias em busca de uma inserção profissional – postura que os torna reprodutores da lógica da empregabilidade, marca determinante dessa nova cultura do trabalho. (MEDEIROS, MUNIZ, 2015, p. 307. Grifo nosso).

A cultura do trabalho não é algo novo, mas na atualidade inaugura uma série de novos comportamentos juvenis e redesenha um caminho à juventude brasileira. Inaugura uma subjetividade mais individualista entre as juventudes e em consonância com a ideologia e a economia do capital, da efetivação da privatização tanto na esfera da economia quanto nas relações sociais; da individualização da responsabilidade pelo fracasso ou pelo sucesso vinculados ao desempenho do indivíduo no mundo do trabalho. A nova cultura do trabalho permite ao jovem tanto se adequar às demandas do mercado de trabalho, quanto buscar formas de empreendedorismo individual, cooperativo e associativo (UNESCO, MEC, ANPEd, 2007).

Mas, o ambiente de trabalho continua sendo um elemento importante na efetivação das relações entre gerações – espaço significativo de desempenho dos papéis da vida adulta, e motivo de orgulho do processo de "adultecimento" do jovem na contemporaneidade. Espaço não só de sobrevivência material, mas também que fortalece esse grupo social através dos laços compartilhados, conscientes e inconscientes. Correlação comum entre trabalho e dignidade, fortemente transmitido pelos adultos aos jovens pela ética e a cultura do trabalho. Na modernidade hegemonizada pelo capital, o que não é trabalho é ócio. E o ócio nem sempre é bem-vindo. E assim o tempo do trabalho passa a ser incorporado como o vetor de organização da vida social do jovem. Os outros tempos sociais são, então, submetidos a vida laboral, deixando o jovem se reconhecer na rotina de outros adultos e na dinâmica homogeneizadora da vida social *no* trabalho e *pelo* trabalho, quase sempre atividade que tortura mais do que dá prazer.

As associações da juventude com a criminalidade, desocupação, desvios, rebeldia sem razão, dentre outros estigmas, corrobora para a construção cultural de um modelo cristalizado de percurso a ser seguido (o "sucesso" e o "empreendedorismo"). As origens dessa limitação do período de autoconhecimento estão ancoradas no formato capitalista de produção/consumo alienado e nas propostas das instituições públicas, vinculando quase que exclusivamente e necessariamente a educação a empregabilidade.

> Há hoje uma urgência de vincular a escola ao mundo do trabalho. Jovens de todas as classes e situações sociais estão submetidos às transformações recentes no mercado de trabalho onde o diploma não é mais garantia de inserção produtiva condizente com os diferentes níveis de escolaridade atingida. Certamente, os jovens sabem que os certificados escolares são imprescindíveis. Mas sabem também que as rápidas transformações econômicas e tecnológicas se refletem no mercado de trabalho precarizando relações, provocando mutações, modificando especializações e sepultando carreiras profissionais. Ao sistema educacional está posto, portanto, o desafio de oferecer respostas diferenciadas para possibilitar distintos modos de acesso e continuidade na formação escolar. (UNESCO, MEC, ANPEd, 2007, p. 272).

A flexibilidade de atuação dos jovens na inserção de atividades econômicas é a questão-chave do produtivismo capitalista. Com a série de mudanças na estrutura de produção, a nova geração, com mais acesso à educação e a tecnologia na história do Brasil, encontra uma séria de dificuldades nos postos de trabalho. Afinal, o trabalho e sua atmosfera alienante, principalmente quando associado ao primeiro emprego na juventude é um momento de ruptura com as expectativas da ilusória condição do servir.

3.1. A funcionalidade dos programas do Estado: ProJovem e Jovem Aprendiz

A preparação para a vida adulta do jovem, como já discutido nesse capítulo, tem dois caminhos muito claros: a educação formal voltada a empregabilidade ou a entrada precoce no mundo do trabalho, encerrando o ciclo da juventude ou, como denominado nessa monografia, do "adultecimento" juvenil. Logo, o significado social que o labor adquire se sobressai a própria condição de sobrevivência: a de ter renda/assalariamento, desempenhando um papel importante na construção da identidade do jovem. Muitas vezes, suas manifestações, seja de amargura ou revolta pelo fato de precisarem trabalhar é substituída pelo sentimento de auto-realização e de

orgulho. Assim, o trabalho se afirma como uma "necessidade transformada em virtude" (MARTINS, 1997 p.107).

As demandas da produção capitalista na modernidade se transformaram, assim como as forma de exploração da força de trabalho. Porém, a ética, ou a cultura do trabalho, continuam transitando a partir de uma dupla simbologia: o esforço e a ocupação, ou seja, o mérito de um lado e a empregabilidade de outro, negando o ócio e estigmatizando-o. Nesse jogo complexo, a renda/assalariamento é consequência da alocação de classe: cada estrato social compreende e "naturaliza" o seu espaço de atividade/trabalho e a mobilidade social através deste dissipa-se, como um sonho juvenil de uma "noite de verão", fechando o ciclo do processo de "adultecer".

Nesse sentido, as políticas nacionais funcionam, em certa medida, como forma de garantia dessas individualidades e de pertencimento social. Os programas de Estado para os jovens têm o caráter temporário e paliativo.

O Programa Nacional de Inclusão de jovens (ProJovem), instituído em 30 de junho de 2005, pela Lei nº 11.129, reflete essa prática, se constituindo em um exemplo desses Programas de Estado. Afinal, o programa foi criado como um modelo emergencial para jovens com poucos anos de estudo e à margem do mercado de trabalho. A reintegração profissional e educativa é destinada à jovens de 15 a 29 anos, inicialmente voltado para àqueles que não concluíram o ensino fundamental. As modalidades de atuação foram ampliadas a partir de 2012, abrangendo jovens do campo e da cidade (ProJovem Campo, ProJovem Trabalhador e ProJovem Adolescente), com foco em regiões com maiores índices de violência, egressos do programa Brasil Alfabetizado, catadores, mulheres em sistemas prisionais, dentre outros. Entre as exigências, os participantes devem ter renda *per capita* de até um salário mínimo e ganham uma bolsa auxílio que varia de seis a vinte meses. O programa tem como objetivo geral oferecer acesso a saúde, educação, esporte, cultura e combater a fome. Porém, todas as modalidades estão vinculadas a qualificação profissional. O valor em 2010 era de R$ 100,00 por mês. Atualmente, a gestão do programa está vinculada principalmente aos governos estaduais.

Nessa perspectiva essas políticas de governo, de inserção profissional dos jovens, tem caráter de compensação e centram fundamentalmente seu discurso na questão do desenvolvimento econômico e social. Para a antropóloga Regina Novaes (2009), o discurso propagado de que a juventude é a chave para o desenvolvimento econômico e social do país é reforçado por esses programas e os jovens são usados, sob o ideário do empreendedorismo e a

batuta de organismos oficiais e agências de cooperação internacional, como uma "ferramenta" para reparar as crises econômicas dos países.

> Entre as ideias para sair da crise, via de regra gestadas em organismos oficiais e agências de cooperação internacional reservou-se um papel à população juvenil como agente para o desenvolvimento. Tendo como referência a necessidade de crescimento econômico, naquele momento prevaleceu o enfoque dos jovens como capital humano. O que, na prática, significa responder ao desemprego de jovens por meio de projetos de capacitação ocupacional e inserção produtiva com ênfase no chamado empreendedorismo juvenil. Com este objetivo, surgiram vários programas e projetos sociais executados em parceria entre governos e organizações do terceiro setor, na grande maioria dos casos apoiados por organismos internacionais. O Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), por exemplo, financiou programas de capitação de jovens em diferentes países da América Latina. (NOVAES, 2009, p. 16).

Botelho (2016), em sua pesquisa de mestrado sobre a inserção de egressos do ensino médio e, em diálogo com outra autora que pesquisa o mesmo tema, reflete sobre a complexidade e a precariedade das trajetórias dos jovens:

> Na mesma linha de reflexão, Kovács (2013) afirma que com o agravamento da crise econômica, financeira, social e política gerada pelas políticas neoliberais, assiste-se ao aumento do desemprego e das desigualdades entre os jovens no que se refere aos processos de transição. Considera ainda a mesma autora que a origem social e o nível de escolaridade condicionam fortemente os percursos de trabalho sendo a base para a acumulação de vantagens e desvantagens. As vantagens começam pela elevada posição da família na estrutura social, havendo uma relação entre as trajectórias referentes à esfera do trabalho e à origem social. (BOTELHO, 2016, p.9).

Uma dimensão importante da empregabilidade está relacionada a origem familiar e a classe social. Estudos com jovens que buscam emprego demonstram que fatores externos a bagagem técnica e a formação profissional, tais como, contatos e indicações pessoais, é mais efetivo sucesso de inserção profissional. Isso porque a rede de relações sociais que o jovem está inserido exercem poder e validade nas conquistas profissionais: sejam elas conscientes ou não. O acesso a esses atores estratégicos é uma condição importante para conquistas de emprego. Aqui pode-se mencionar as contribuições de Bourdieu, apresentadas por Nogueira e Nogueira (2002), sobre como cada indivíduo passa a ser caracterizado por uma bagagem socialmente

herdada, daquilo que Bourdieu denominou de *Habitus*[3]. Essa bagagem inclui o que ele chama de capital econômico, ou seja, os bens e serviços que este dá acesso; o capital social, ou seja, um conjunto de relacionamentos sociais influentes mantidos pela família; e por fim, o denominado capital cultural que tanto incluem títulos escolares como aqueles valores chamados de "cultura geral".

Outro exemplo de Programa de Estado voltado para a empregabilidade das juventudes é o Programa Jovem Aprendiz, oficializado em dezembro de 2000, com a Lei 10.097, que obriga que empresas de médio e grande porte empreguem jovens de 14 a 24 anos, que cursam o ensino fundamental ou médio e que, consequentemente, possam ter a experiência do primeiro emprego por até dois anos nesse programa. A lei gerou um impacto concreto na empregabilidade de jovens dessa faixa etária e qualificou o discurso do papel social que os jovens devem desempenhar: o de profissionalização das suas trajetórias, já que a maioria passa por cursos do Ensino Social Profissionalizante (Espro), com foco em atender as demandas do mundo corporativo. A missão produtiva do jovem tonou-se mais evidente e o programa cresceu ao longo dos anos, com significativa aceitação pública e moral.

Na pesquisa de mestrado de Leila Silva de Moura (2017), com 144 jovens do Programa no Estado de Goiás, ressalta que um dos principais elementos que surgiu no discurso dos jovens foram as seguintes questões: o sentimento de satisfação por poder comprar (poder consumir), o respeito familiar, a realização pessoal, a responsabilidade e a independência (processo de autonomização). Porém, a maioria dos jovens são originária das classes trabalhadoras e sofrem com a superexploração e a precariedade a que estão sujeitos quando inseridos no mundo do trabalho.

> No Brasil, a desigualdade social cria uma classe trabalhadora que sofre e não conhece outra forma de vida: sem exploração, sem humilhação, sem medo e sem assédios. E o futuro de seus filhos aponta, geralmente, para o mesmo destino. [...] Nesse sentido, é possível apontar dois fatores que levam, cada vez mais precocemente, ao ingresso dos jovens no mundo do trabalho: (1) a complementação da renda familiar e (2) a representação social que define o trabalho como sendo o melhor caminho para esses jovens, os filhos de assalariados, como uma forma de evitar que ingressem na criminalidade. Esse medo ronda as famílias, que, muitas vezes, vislumbram o trabalho como sua

[3] Segundo Vasconcelos (2002) "o conceito de habitus que ele [Bourdieu] desenvolverá ao longo da sua obra corresponde a uma matriz, determinada pela posição social do indivíduo que lhe permite pensar, ver e agir nas mais variadas situações. O habitus traduz, dessa forma, estilos de vida, julgamentos políticos, morais, estéticos.

> única saída. Os jovens (principalmente os do sexo masculino) são pressionados pela família e pela sociedade em geral para ocuparem seu tempo livre com o trabalho. (MOURA, 2017, p. 219).

Ainda para a autora, o consumo é o principal elo de diálogo e afeto familiar com os adultos. Além das falas pelo pouco tempo livre para realização de suas atividades, o assédio também marcou a fala de uma parcela das mulheres entrevistadas. Dessa forma não é possível reflexões aprofundadas sobre a temática das juventudes sem relacioná-las a questão das classes sociais e os seus possíveis desdobramento, tais como, profissionalização, renda/assalariamento, distância da violência e do crime, etc.

> Refletir sobre a juventude e trabalho deixando de lado temas como desigualdade social, família e consumo representa a construção incompleta de um cenário analítico para contemplar a realidade do cotidiano juvenil no Brasil. A própria definição de juventude neste contexto está relacionada diretamente com conceitos que contribuem com a compreensão de uma sociedade que legitima o trabalho e o consumo como as principais formas de representação de identidades juvenis. E, para além do que se espera de uma sociedade capitalista e socialmente desigual, os jovens aprendizes apresentam outros elementos importantes de suas preocupações e interesses: estarem bem com suas famílias e serem felizes, não tendo de se submeter à exploração infantil e ao assédio sexual. (MOURA, 2017, p. 225-226).

Por fim, o trabalho guia as trajetórias dos jovens, porque trabalhar significa participar da sociedade do consumo, da autonomização e da valorização familiar e comunitária. Autonomia significa independência financeira e poder de compra que permite aos jovens status social e principalmente valorização pela família. Ser provedor nos espaços sociais que frequenta garante poder e uma associação direta a dignidade e ao esforço/mérito. A cultura do trabalho finca raízes fortes na dinâmica e na estrutura do capital e para os jovens das classes trabalhadora mais empobrecidas a forma mais significativa de ascender e se autonomizar socialmente, talvez seja pelo acesso ao trabalho.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A juventude brasileira não só é guiada pelo trabalho na formulação dos seus projetos de vida, como o trabalho condiciona a transitoriedade entre a juventude e a vida adulta. Mesmo com os demarcadores de classe discutidos e pontuados ao longo da pesquisa, o trabalho é o acesso mais rápido para o consumo e, consequentemente, alimentação do sistema capitalista. Logo cedo, talvez já na infância, os códigos do trabalho compartilhados na sociedade brasileira são compreendidos: a ideia de que o trabalho torna o ser humano engrandecedor. O trabalho permite ao jovem uma nova divisão de papéis não só na estrutura social, como no espaço familiar, o que gera pertencimento. Além dos projetos institucionalizados aos jovens, como também demonstrados, serem direcionados a aquisição de trabalho e a profissionalização.

A aposta desse trabalho residiu na ideia que a transição, a perda do status de jovem, se completa, como consciente coletivo, na aquisição formal do trabalho. Talvez porque, nessa via de mão dupla, deixar de ser jovem é o primeiro passo para se autorizar, ganhar legitimidade no trabalho e gerar renda. O trabalho é, então, central no modelo de troca de estágios etários.

Porém, é preciso lembrar que a juventude é plural. Enquanto os jovens não forem escutados e não estiverem representatividade política, todos os projetos e discursos direcionados a eles serão baseados no achismo. Há uma pluralidade de trajetórias sendo construídas nesse momento no país, majoritariamente pelo trabalho. Logo, o debate da qualidade e do efeito do trabalho na vida dos jovens deve ser constante para que os sonhos das novas gerações possam ser vividos com mais proteção e consciência.

Por fim, algumas questões remanescentes e reflexões que surgiram na construção do trabalho.

Na seara das políticas para os jovens, pensando estritamente a empregabilidade, o incentivo e a obrigatoriedade (no setor público e privado) por um forte programa de estágio, acompanhado, de qualidade e inclusivo, é uma saída para potencializar outros aspectos da vida do jovem. Se o trabalho é o guia dos passos e a fortaleza do ser social, o estágio assegurado pelo Estado, garantiria mais segurança para os jovens, diversificaria o contato com as profissões e suavizaria o processo de percepção vocacional. A lei de estágio, nº 11.788, de 25 de setembro de 2008, avançou em algumas pautas, como o direito a férias e o limite de 30 horas semanais. Porém, o estágio ainda é no Brasil uma ferramenta para a contratação de mão de obra barata. A baixa fiscalização permite jovens estudantes trabalharem com responsabilidades que não são

permitidas, por longas jornadas, sem supervisão e com remuneração baixíssima. O estágio deixou de ser, em muitos locais, um "itinerário formativo do educando", como disposto no primeiro artigo da lei. Na mesma linha, outra oportunidade é intensificar as pesquisas de acompanhamento dos egressos do nível superior e médio, como ferramenta de aperfeiçoamento das políticas para os jovens, mapeamento das demandas e de escuta.

O ganho de um programa de estágio, com bolsa e com oferta, é positivo tanto nas demandas dos jovens quanto para o mercado (estagnado e pouco inovador). Enquanto não se aperfeiçoar a inserção dos jovens ao mundo do trabalho, com fortalecimento dos direitos trabalhistas, garantindo outros elementos da vida social (moradia, alimentação, saúde, dentre outros), não será possível impedir a precariedade que os jovens vivem hoje no espaço de trabalho. A servidão se concretiza porque a sobrevivência se torna realidade.

Dos princípios que despõe a lei das políticas públicas de juventude, já mencionada anteriormente, o direito à cidadania, educação, diversidade e igualdade, saúde, cultura, lazer, liberdade de expressão, mobilidade e território, sustentabilidade e segurança, estão todos conectados e se desenvolveriam com mais força se o trabalho não ocupasse o maior espaço de tempo concreto e psicológico dos jovens.

BIBLIOGRAFIA

ALBORNOZ, S. **O que é trabalho**. São Paulo: Brasiliense, 2006.

ANTUNES, R. **A Dialética do Trabalho**: escritos de Marx e Engels. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

_____. **O Continente do Labor**. São Paulo, SP: Boitempo, 2011.

_____. **Adeus ao Trabalho?**: ensaio sobre a metamorfose e a centralidade do mundo do trabalho. 11. ed. São Paulo: Cortez; Campinas, SP: Editora da Universidade Estadual de Campinas, 2006.

BAJOIT, G.; FRANSSEN, A. O trabalho, busca de sentido. **Revista Brasileira de Educação**, [s.l.], nº 5, p. 76-95, 1997.

BORN, C. Gênero, Trajetória de Vida e Biografia: desafios metodológicos e resultados empíricos. **Revista Socilogias**, Porto Alegre, nº 5, p. 240-265, 2001.

BOTELHO, D. M. R. **A Inserção dos Jovens no Mercado de Trabalho**: o caso dos jovens com ensino secundário. Tese (Mestrado em Gestão) – Escola Superior de Ciências Empresariais, Instituto Politécnico de Setúbal. Setúbal, 2016.

BRASIL. Lei n. 12.852, de 5 de agosto de 2013. Institui o Estatuto da Juventude e Dispõe sobre os direitos dos jovens, os princípios e diretrizes das políticas públicas de juventude e o Sistema Nacional de Juventude – SINAJUVE. **Lex**: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2013/lei/l12852.htm.

_____. Lei n. 11.788, de 25 de setembro de 2008. Dispõe Sobre o Estágio de Estudantes. **Lex**: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11788.htm.

_____. Lei n. 11.129, de 30 de junho de 2005. Institui o Programa Nacional de Inclusão de Jovens – ProJovem. **Lex**: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2005/Lei/L11129.htm.

_____. Lei n. 10.097, de 19 de dezembro de 2000. Altera dispositivos de Consolidação das Leis do Trabalho – CLT. **Lex**: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l10097.htm.

_____. INEP. **Indicadores de Fluxo Escolar da Educação Básica**. Brasília: DEED/INEP, 2017.

_____. IBGE. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios: síntese de indicadores 2015** / IBGE, Coordenação de Trabalho e Rendimento. Rio de Janeiro: IBGE, 2016.

_____. IBGE. **Pesquisa Mensal de Emprego**. Rio de Janeiro, IBGE, 2008.

CARVALHO, J. A. S. **Alguns Aspectos da Inserção de Jovens no Mercado de Trabalho no Brasil,** 2004. Disponível em: < http://www.usp.br/nce/wcp/arq/textos/146.pdf>. Acesso em: 15 maio 2019.

DAL ROSSO, S. **Mais Trabalho!:** a intensificação do labor na sociedade contemporânea. São Paulo: Boitempo, 2008.

DAUSTER, T. Uma infância de curta duração: trabalho e escola. **Cadernos de Pesquisa**. São Paulo, nº 82, agosto, 31-36, 1993.

DURKHEIM, E. **Coleção Grandes Cientistas Sociais:** Durkheim. FERNANDES, F. (Coord.); RODRIGUES, J. A. (Org.). São Paulo: Editora Ática, 2008.

ENGELS, F. Sobre o Papel do Trabalho na Transformação do Macaco em Homem. In: ANTUNES, R. (Org.). **A Dialética do Trabalho**: escritos de Marx e Engels. São Paulo: Expressão Popular, 2013. p. 13-30.

FORACCHI, M. **O estudante e a transformação da sociedade brasileira**. Rio de Janeiro, 1965.

FREITAS, R. A. Juventude, Trabalho e Proteção Social. In: BEZERRA, H. B.; SANDRA, M. O. (Org.). **Juventude no Século XXI**: dilemas e perspectivas. Goiânia: Cânone Editorial, 2013. p. 152-176.

FRIGOTTO, G.; CIAVATTA, M. Educar o Trabalhador Cidadão Produtivo ou o Ser Humano Emancipado. In:_____ (Org.) **A Formação do Cidadão Produtivo: a cultura de Mercado No Ensino Médio Técnico.** Brasília: Inep, 2006.

GROPPO, L. **A. Juventude: Ensaios Sobre Sociologia e História das Juventudes Modernas.** Rio de Janeiro: DIFEL, 2000.

HABERMAS, J. Trabalho e Interacção: notas sobre a filosofia do espírito de Hegel em Iena. In: **Técnica y Ciência como "Ideologia".** Trad. Artur Morão. Lisboa. Edições 70, 1997.

HEGEL, G. W. F. **Fenomenologia do Espírito**. 2 ed. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 1992.

LEON, A. L. P. Juventude, Juventudes: uma análise do trabalho e renda da juventude brasileira. In: ABRAMOVAY, M. (Org.); ANDRADE, E. R. (Org.); ESTEVES, L. C. G. (Org.). **Juventudes:** outros olhares sobre a diversidade. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade; Unesco, 2007.

MARX, K. **O capital:** crítica da economia política. São Paulo: Abril Cultural, 1983. v.1. Coleção os Economistas.

_____. Processo de Trabalho e Processo de Valorização. In: ANTUNES, R. (Org.). **A Dialética do Trabalho**: escritos de Marx e Engels. São Paulo: Expressão Popular, 2013. p. 31-58

_____. **Manuscritos Econômico-filosóficos**. São Paulo: Editora Boitempo, 2004.

MEDEIROS, R.; MUNIZ, L. B. Juventude e Trabalho na Sociedade Contemporânea: transformações, expectativas e possibilidades em meio a lógica da empregabilidade para os jovens do Plug Minas. **Revista de Ciências Sociais**, [s.l.], nº 42, p. 387-309, 2015.

NIETZSCHE, F. **Humano, Demasiado Humano**. São Paulo, p. 191, 2000.

MARTINS, H. H. T. S. O jovem no mercado de trabalho. **Revista Brasileira de Educação,** 1997. Mai/Jun/Jul/Ago Nº 5 Set/Out/Nov/Dez, nº 6.

MOURA, L. S. Juventude e Trabalho: o sentido do trabalho para o jovem aprendiz. **Revista Científica da FASETE**, [s.l.], nº 3, p. 216-227, 2017.

NOGUEIRA, C. M. M.; NOGUEIRA, M. A. A sociologia da educação de Pierre Bourdieu: limites e contribuições**. Educ. Soc**., Campinas, v. 23, n. 78, p. 15-35, abr. 2002. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010173302002000200003&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em 04 jul 2019.

NOVAES, R. C. R.; CARA, D. T.; MOREIRA, D. Introdução. In: NOVAES, R. C. R. (Org.); CARA, D. T. (Org.); SILVA, D. M. (Org.); PAPA, F. C. (Org.). **Política Nacional de Juventude**: diretrizes e perspectivas. São Paulo: Conselho Nacional de Juventude; Fundação Friedrich Ebert, p. 4-16, 2006.

NOVAES, R. C. Prefácio. In: CASTRO, J. A. (Org.); AQUINO, L. M. C. (Org.); ANDRADE, C. C. (Org.). Juventude e Políticas Sociais no Brasil. Brasília: Ipea, p. 13-22, 2009.

NOVELLA, R.; REPETTO, A.; ROBINO, C.; RUCCI, G. **Millennials na América Latina e no Caribe:** trabalhar ou estudar? 2018. Disponível em: < https://static.poder360.com.br/2018/12/Millennials-na-Am_rica-Latina-e-no-Caribe-trabalhar-ou-estudar-Sum_rio-Executivo.pdf>. Acessado em 10 de maio de 2019.

PAULINHO DA VIOLA. **Sinal Fechado**. Rio de Janeiro: Gravadora Odeon, 1969. Disponível em: < https://cifrantiga3.blogspot.com/2006/07/sinal-fechado.html>. Acesso em 20 maio 2019.

SANTOS, A. L.; GIMENEZ, D. M**. Inserção dos Jovens no Mercado de Trabalho**, 2015. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ea/v29n85/0103-4014-ea-29-85-00153.pdf>. Acesso em 15 maio 2019.

TRIBALISTAS. **Trabalivre**. Rio de Janeiro: Universal Music, 2017. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=5PDPYTKM_Vc>. Acesso em 20 maio 2019.

UNESCO, MEC, ANPEd. **Juventude e Contemporaneidade**. Brasília, 2007. 284 p. – (Coleção Educação para Todos; 16).

VASCONCELOS, M. D. Pierre Bourdieu: A herança sociológica. **Educ. Soc**., Campinas , v.23, n. 78, p. 77-87, abr. 2002. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010173302002000200006&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em 04 jul 2019.